

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.184 - SP (2019/0256320-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JUNDIAI**  
**PROCURADOR : GABRIELA DAYANE PIRES NOGUEIRA - SP336468**  
**AGRAVADO : TROPICAL LANCHES DE JUNDIAI LTDA**  
**INTERES. : ELIZABETE GOBETTI LOPES**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE JUNDIAI, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL -  
INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A INCLUSÃO  
DO SÓCIO NO POLO PASSIVO DA AÇÃO - IMPOSSIBILIDADE -  
AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR -  
DEVOLUÇÃO DA CARTA DE CITAÇÃO PELOS CORREIOS SEM  
CUMPRIMENTO NÃO CONFIGURA INDÍCIO SUFICIENTE PARA  
PRESUMIR O ENCERRAMENTO IRREGULAR DA SOCIEDADE -  
PRECEDENTES DO STJ DECISÃO MANTIDA - RECURSO  
IMPROVIDO

Quanto à controvérsia, alega violação do arts. 135, II e 174, do CTN e Súmula 435 do STJ, no que concerne ao redirecionamento da execução para os sócios, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Válido mencionar que o direito de a Fazenda Pública prosseguir com a ação contra o(s) sócio(s) da empresa tem como embasamento a não comunicação ao fisco que deixou de exercer suas atividades em seu domicílio, e não somente a mera devolução de AR. Tanto é verdade, que antes de proceder com medidas mais gravosas, tal como é o redirecionamento aos sócios, o Município procura meios alternativos para localização do novo endereço do executado, fazendo uso de pesquisas por meio da JUCESP e RECEITA FEDERAL.

No caso dos autos, verifica-se pela documentação juntada pelo Município, que em ambos os meios utilizados pelo Município, JUCESP e RECEITA FEDERAL, consta o mesmo endereço informado na inicial, ou seja, não restou meios para localizar o novo endereço do executado. (fl. 23)

[...]

Ressalte-se, entretanto, que a recorrente se valeu de todos os meios para encontrar o atual domicílio da recorrida. Frise-se que a base de dados

# Superior Tribunal de Justiça

utilizada para a pesquisa através do sistema INFOJUD é a mesma que a utilizada pela Prefeitura através do programa SERPRO, ou seja, dados da Receita Federal. (fl. 23).

E mais, não figura razoável condicionar o redirecionamento a prévia de citação por Oficial de Justiça, haja vista a onerosidade e morosidade que tal medida poderia acarretar, inviabilizando o processo de cobrança. Afinal, conforme é o entendimento da Jurisprudência dominante e artigo 174 do CTN, o redirecionamento deve observar o prazo prescricional de 5 anos, transcorrido esse prazo o Município não poderá incluir os sócios.

Assim, uma vez que foram exauridos todos os meios para localizar o executado, foi requerido o redirecionamento da execução fiscal aos sócios, nos termos da Súmula 435 do STJ, diante dos fortes indícios de dissolução irregular, o qual é requisito para o pleito municipal, confira-se: (...) (fl. 24).

[...]

Destarte, o redirecionamento não foi requerido pela simples devolutiva da carta de AR, mas sim **em virtude da ausência de meios que possibilitem a localização e citação da sociedade empresária, em outras palavras, não restaram alternativas senão o redirecionamento.** (fls. 26). (grifo nosso)

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ademais, não é cabível o recurso especial por ofensa a enunciado de súmula dos tribunais.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 518 do STJ: “Para fins do art. 105, III, 'a', da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula”.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido: AgInt no REsp 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019; AgInt no REsp 1724930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018; AgRg no AREsp 741.903/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 4/12/2015; e AgRg no AREsp 10.529/DF, relator Ministro Newton Trisotto (Desembargador Convocado do TJ/SC), Quinta Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.



MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente